

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO AO
PAGAMENTO DE RENDAS EXCESSIVAS AOS PRODUTORES DE
ELETRICIDADE**

[Resolução da Assembleia da República n.º 126/2018, de 17 de maio]

Reunião n.º 60

16 de abril de 2019

(12,45 h – 13,50 h)

Ordem do dia: Agendamentos

Presidente da Comissão: Emídio Guerreiro

Deputados:

Jorge Costa (BE)

Jorge Paulo Oliveira (PSD)

Hugo Costa (PS)

Hélder Amaral (CDS-PP)

Bruno Dias (PCP)

O **Sr. Presidente** (Emídio Guerreiro): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos dar início à reunião.

Eram 12 horas e 45 minutos.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, muito obrigado pela pronta resposta à convocatória para esta reunião, que não estava prevista, e cujo tema tem a ver com a questão da calendarização, conforme a ordem de trabalhos: agendamentos.

Nós tínhamos marcado para hoje à tarde uma discussão longa, profícua, suponho, em torno das várias propostas de alteração ao relatório, para amanhã, no último dia do prazo de funcionamento da Comissão, podermos fazer as devidas votações e encerrar o processo.

Conforme todos nós constatámos, o volume das propostas e o tipo de propostas que foram entregues criam muitas dificuldades, não só de análise, mas, sobretudo, na elaboração de um guião que possa, de facto, ajudar-nos no processo de votação.

Considerando tudo isso, tive oportunidade de falar com os Srs. Deputados Coordenadores ao longo do dia de ontem, depois de me aperceber do tipo de propostas e, também, de ter uma conversa substancial com o Sr. Deputado Relator, pedindo desculpa ao Sr. Deputado José Luís Ferreira por não o ter contactado — e peço desculpa perante todos, pois não o devia ter feito, mas como a presença de Os Verdes não tem sido muito assídua por força das circunstâncias de um grupo parlamentar de duas pessoas fazer parte de várias Comissões... — e lamentando esse facto e registando o meu pedido de desculpas, tive oportunidade, dizia eu, de falar com todos no sentido de encontrar soluções que permitissem que o nosso trabalho de apreciação e de votação fosse eficaz, para termos, como resultado deste trabalho de mais de

200 horas de reuniões e de cinquenta e tal audições, aquilo que a todos nos move, um relatório bom que seja bem percebido pelas pessoas lá fora.

Face à informação disponível, quer a dada pelo Sr. Deputado Relator, quer, também, pelos serviços, do ponto de vista de elaboração de um guião que fosse prático, considere que não haveria tempo suficiente, de hoje para amanhã, para isso ocorrer.

Ora, isto significaria que, amanhã, poderíamos ter aqui uma reunião longuíssima, filmada, televisionada, onde, penso, não contribuiríamos para a dignificação da Assembleia da República, pois as pessoas, muitas vezes, teriam dificuldades em perceber o que é que nós estávamos a fazer, porque — antecipo eu —, nós próprios teríamos dificuldade em perceber o que estaríamos a fazer ou em que ponto é que estávamos.

Assim sendo, contactei a Mesa da Assembleia da República no sentido de perceber que tipo de soluções poderíamos ter, uma vez que o nosso prazo de funcionamento acaba amanhã.

Aquilo que gostaria de propor à Comissão, depois destas conversas todas que estou a relatar, incluindo a que tive com a Mesa, é que temos a possibilidade de deliberar o pedido de suspensão da contagem do tempo. Não é pedir mais tempo, mas, se deliberamos hoje o pedido de suspensão da contagem do tempo, ficamos com um dia pendente, que será o dia de amanhã que deixa de contar.

Para isso, precisamos de deliberar em Comissão e por isso é que esta reunião é de Comissão e não é de Mesa e de Coordenadores e precisamos de propor à Assembleia — e, por isso, tem de ser hoje de manhã, porque a Mesa pediu para ter lá a proposta de deliberação no início da tarde para esta poder ser incluída no guião da votações de amanhã onde votaremos o pedido de suspensão, à data de hoje, para um dia, que é o dia que nos faltará de trabalhos da Comissão, em que, aí sim, teremos de ter condições para termos

um guião fiável, perceptível que nos permita votar e terminar esta tarefa que já leva bastante tempo.

Esta é, digamos, a proposta que queria partilhar convosco e que gostaria de pôr à consideração da Comissão.

Conforme prometido aos Srs. Deputados Coordenadores, olhando para o mapa — porque estamos num período que é o que é, mas temos uma semana mais curta, por causa da Páscoa, depois temos o 25 de abril, depois o 1.º de maio, ou seja, os dias de agendamento são menores, o que significa que os dias da semana ficam mais sobrecarregados —, tinha pensado ou no dia 26 de abril, ou no dia 2 de maio, ou outro dia que aqui entendêssemos.

Mas o que é que seria importante na escolha do dia? Julgo que seria nós estabelecermos, entre todos, a metodologia que, de facto, garanta que nesse dia tenhamos o guião. Isso é que é importante! Ou seja, não me importa tanto, nesta fase, definir um dia... Marcarmos isto para terça-feira da semana que vem é iludirmo-nos, pois não teremos nada preparado. Porque, amanhã, vamos todos de fim de semana da Páscoa e, depois, chegamos todos aqui, na terça-feira e nada está feito.

Por isso, julgo que temos de ser muito pragmáticos e objetivos, olhar para o calendário e, com aquela que é a realidade das coisas, escolhermos uma data que permita, de facto, que o Deputado Relator, as assessorias e os Deputados dos outros grupos parlamentares e, sobretudo, os serviços tenham tempo de trabalhar para termos um guião que seja minimamente perceptível.

Recordo ainda que o Sr. Deputado Relator disse que gostaria de olhar para as propostas todas e que iria incluir aquelas com que concordasse no seu relatório, ou seja, estas deixariam de ser propostas postas à votação. Estamos a falar de uma miscelânea de propostas que, em alguns casos, são de alteração de períodos, parágrafos, conclusões, recomendações... Por isso, há todo um trabalho de *back office* que é necessário fazer e que tem de ser

feito durante o período de suspensão dos trabalhos da Comissão, vamos ser claros, aproveitando estes dias.

Era isso que tinha para partilhar convosco e gostaria de vos ouvir antes de tomarmos deliberações.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr. Presidente, bom dia.

Vamos lá ver, já comecei a fazer um trabalho de integração daquelas propostas que foram recebidas e, para pôr as coisas muito frontalmente, pois estamos numa reunião fechada que não está a ser transmitida, e, portanto, julgo que podemos falar — está a ser gravada, mas também não vou dizer nada que choque ninguém... —, todos os partidos apresentaram propostas, mas há um partido que apresentou muito mais propostas do que todos os outros, que é o PSD, e apresentou propostas de tipo diferente, porque são — como hei de dizer... — mais dificilmente isoláveis para deliberação sobre cada uma delas.

Se cada alteração que o PSD propôs tivesse de ser votada *per si*, teríamos centenas de votações a fazer. E valorizo o trabalho que o PSD fez, julgo que é um contributo importante e o esforço que estou a fazer é no sentido de poder incorporar, desde logo, tudo o que é matéria factual e matéria de depoimento e que possa contribuir para que, pelo menos a parte, digamos, factual do relatório, a parte que descreve o processo, possa ser comumente aceite por todos os grupos parlamentares, mesmo que depois possamos divergir sobre conclusões e recomendações.

Ora, este é o esforço que estou a tentar fazer. O que vai resultar desse esforço? Vai resultar um documento onde vão ficar apresentados todos os novos elementos que eu incorporei e assumi, como Relator, venham eles de que partidos vierem ou até da minha própria autoria.

Nesse documento, tudo isso ficará incluído e identificado quanto à sua proveniência, referindo-se, por exemplo, que determinado excerto vem de uma proposta do PSD, ou seja, não é exatamente o texto que foi proposto, mas vem desse partido, está escrito com esse espírito e reflete a proposta. Por exemplo, um outro excerto vem do CDS, que, embora não dissesse onde o queria pôr, eu adivinhei, pelo tom, digamos assim, que era para ali e acolhi a proposta, etc. e vou fazer a mesma coisa, depois, aí já com critério político um pouco mais incisivo, nas conclusões e recomendações.

Ora, assim sendo, vão sobrar daqui textos que são as coisas que não foram incluídas. No caso do PCP, do CDS e do Partido Socialista, julgo que não haverá problema nenhum, porque será fácil votar aquilo que, não tendo sido aceite por mim, está plenamente identificado. Vota-se e acabou! Depois entra ou não entra no relatório, consoante o voto.

Para que isto pudesse ser mais prático, o meu apelo ia no sentido de que o PSD, depois, pudesse, em função daquilo que não tiver visto incluído no relatório, reformular as suas propostas – e isto implica uma abertura da Comissão, porque o procedimento que adotámos não previa este passo, mas julgo que podemos facilitar o nosso próprio trabalho desta forma – de modo a que elas sejam mais votáveis, ou seja, que sejam menos em quantidade e mais centradas sobre aquilo que realmente é importante para o PSD e não tanto as coisas de expressão ou de *nuances*, que também há algumas desse tipo, e mais aquilo que é substância para se poder votar, de uma forma mais simples, umas dezenas de propostas que sobrarão, mas que, nessa altura, já não serão centenas.

Sobre a questão dos serviços, este trabalho — como digo, muito em função das propostas do PSD — vai levar-me umas larguíssimas horas e, portanto, julgo que vai ser necessário optarmos pela segunda data que o Sr. Presidente mencionou, a de 2 de maio, porque, depois deste meu trabalho, ainda vai ser necessário os serviços pegarem nisto tudo e transformarem num

guião de votações, já depois do PSD ter tido o tempo para fazer a sua reponderação, se aceitar essa ideia está claro.

É esta a minha proposta.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, tendo em conta o objetivo desta nossa reunião e sem querer fugir à discussão do tema principal que aqui nos trouxe, Sr. Presidente, o PSD tinha uma questão prévia que se prende exatamente com este tema.

Qual é essa questão prévia? A nossa Comissão Parlamentar de Inquérito deliberou, no devido tempo, suscitar por escrito aos ex-primeiros-ministros as respostas às questões que cada grupo parlamentar considerou pertinente para apuramento dos factos que são objeto desta nossa Comissão.

Até ao presente momento, como sabemos, chegaram a cada um das Sr.^{as} e dos Srs. Deputados as respostas que foram oferecidas pelos ex-primeiros-ministros Dr. Durão Barroso, Dr. Pedro Santana Lopes e Dr. Pedro Passos Coelho e não foram recebidas, pelo menos da parte do PSD, as respostas oferecidas pelo ex-primeiro-ministro Eng.º José Sócrates.

Ora, o PSD reputa de relevantíssima importância o conhecimento das respostas do ex-primeiro-ministro Eng.º José Sócrates e esse conhecimento, do nosso ponto de vista, tem de ser prévio à votação final do nosso relatório.

Por isso, Sr. Presidente, temos algumas questões que gostaríamos de lhe colocar: é se, eventualmente, de ontem para hoje, poderia já ter sido oferecida essa resposta; se, em caso de não ter sido oferecida resposta, pelo Sr. Eng.º José Sócrates, pergunto-lhe se o Sr. Eng.º José Sócrates, porventura, pediu algum prazo adicional para oferecer essa resposta; se,

porventura, pediu algum esclarecimento adicional em torno dessas perguntas que lhe foram formuladas.

Enfim, Sr. Presidente, antes de tomarmos uma decisão sobre o último dia para votação do relatório, era importante sabermos, afinal, o que é que se passa em torno desta resposta.

Portanto, o que é que o Sr. Presidente nos pode informar?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queria recordar que estabelecemos vários prazos de formulação de propostas de perguntas e que todos eles foram sendo ultrapassados pelos diferentes grupos parlamentares, o que não veio ajudar.

Posso dizer à Comissão que, neste momento — tive o cuidado de verifica-lo imediatamente antes desta reunião —, a Comissão ainda não conseguiu contactar o Eng.º José Sócrates. Por isso, ele ainda nem sequer recebeu as perguntas. Os serviços não conseguem descortinar os contactos, a morada, assim como não conseguia, por não os ter nos registos da Assembleia, os dos outros... O Dr. Santana Lopes, tanto quanto sei, foi contactado diretamente pelos serviços, pelos contactos que existiam aqui.

A dada altura os serviços colocaram-me a questão de saber se eu poderia auxiliar na obtenção dos contactos do Dr. Durão Barroso e do Dr. Passos Coelho, o que consegui, um com mais dificuldade do que outro: o Dr. Durão Barroso há catorze anos que está fora do País, em atividade, e não foi fácil encontrar o seu contacto. E também me foi dado nota que tinha sido solicitada a mesma ajuda ao Sr. Vice-Presidente da Comissão, Dr. Luís Testa, que, depois, mobilizou o Sr. Deputado Coordenador Hugo Costa para tentarmos encontrar o Eng.º José Sócrates.

Aquilo que sei é que, até agora, não foi possível. E, por isso, também não deve ser assacada responsabilidade nenhuma ao Partido Socialista,

porque... Agora, eu percebo a questão que o Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira coloca, mas é assim! É o que é!

Percebo também que poderemos, se for essa a vontade da Comissão, tomar diligências mais formais no sentido de obter esses esclarecimentos. Para isso, teremos de contactar ou a Procuradoria ou os serviços de segurança para localizar, enfim, a pessoa — que não é responsável por nada disto, sejamos claros, porque uma coisa é ter sido contactado e não ter respondido, outra coisa é estar perfeitamente «a leste» de tudo isto —, no sentido de podermos entregar-lhe as questões a responder. Se for essa a vontade da Comissão, significa que a data do último dia deve ter em conta mais alguns dias para isso poder ser feito e para ele poder responder.

A matéria de facto é esta! Esta é, digamos, a história das dificuldades e de como decorreram os contactos com os ex-primeiros-ministros.

Sr. Deputado Hugo Costa, tem a palavra.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de dizer que não devemos transformar numa questão política aquilo que não é uma questão política. Ninguém é obrigado a responder quando não foi contactado. A Comissão tem uma forma muito simples de contactar, mas isso temos nós de decidir, que é recorrer ao Ministério Público que, certamente, terá forma de contactar.

Também, quer no caso do Eng.º José Sócrates, quer no caso do Dr. Durão Barroso, do Dr. Pedro Passos Coelho e do Dr. Pedro Santana Lopes, não deixa de ser até um pouco desagradável — e a culpa é de todos os grupos parlamentares, desse ponto de vista — eles estarem a responder quando já há um relatório na rua e conhecido publicamente. Isso é factual. É factual e não deixa de ser desagradável.

Em relação à proposta do Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não se opõe a qualquer forma de tentativa

de contacto com o Eng.º José Sócrates, contudo há uma coisa que nos parece óbvia: isso não é impeditivo quanto à questão do relatório, porque todos nós conhecemos o relatório e apresentámos propostas de alteração, independentemente do facto de estarem ou não as respostas dos primeiros-ministros.

Já agora, também não somos corretos ao tentar contactar ex-primeiros-ministros quando há um relatório na rua. Também temos de olhar desse ponto de vista factual. Surgiram, até, algumas notícias sobre essa matéria, que diziam, por exemplo: ex-primeiros-ministros não responderam, são responsáveis pelos crimes, ou, podem não responder, por... Mas alguém pode ser condenado por não responder quando não foi possível ser contactado? A Comissão só tem uma forma: é ir junto do Ministério Público, que há de ter o contacto, sendo a pessoa até arguida em alguns processos.

Isto é só para dizer que não devemos tornar num caso aquilo que não é um caso. Em relação a esta matéria sobre o Sr. Eng.º José Sócrates, a verdade é que não foi possível contactá-lo. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista tentou estabelecer um contacto, quer por mim próprio, quer pelo Deputado Luís Testa, quer pelos serviços administrativos do próprio grupo parlamentar, e não foi possível.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hélder Amaral, tem a palavra.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, assinalando o facto de que em Portugal acontecem coisas *sui generis*, a impossibilidade de contactar um ex-primeiro-ministro é algo que registo... Se não conseguimos contactar um ex-primeiro-ministro, que fez parte de um Governo de Portugal durante tanto tempo, como é que conseguimos contactar um cidadão

comum...? Mas não quero acreditar... Enfim, fica o registo de que não deixa de ser, de facto, curiosa esta impossibilidade.

Dito isto, sugeria o contato através dos advogados do ex-primeiro-ministro, que são conhecidos e hão de ter escritórios... Enfim, é a mesma lógica que usámos para contactar o também difícil de contactar — não sei se é uma coincidência, ou se é um fio condutor — o Dr. Manuel Pinho, tendo sido necessário contactá-lo via o seu representante legal. O representante legal é isso mesmo, um representante legal, e, portanto, responde. Esses têm nome e têm escritório aberto, por isso, parece-me que a Comissão pode... Enfim, é uma mera sugestão.

Dito isto, reconhecendo que houve atraso de todos os grupos parlamentares, reconhecendo que não será correto haver resposta de todos os ex-primeiros-ministros exceto este, o CDS não valoriza assim tanto a resposta, mas era de toda a utilidade que pudéssemos ter um documento, qualquer que ele seja, de resposta, já que todos responderam.

Também não me parece, se vier durante este prazo que vamos dar, que não haja, no último dia de discussões, abertura para uma proposta de inclusão de uma frase, ou de mudança de um qualquer aspeto, tendo em conta a resposta que viermos a obter.

Quero dizer que, da nossa parte, há essa boa vontade. Pode pedir-se à Comissão que faça esse esforço junto ao representante legal para que haja essa resposta — e ganhamos agora algum tempo — e se houver abertura, lendo a resposta, para podemos fazer uma proposta ou duas para incluir no relatório, se elas forem pertinentes e se todos as considerarmos como tal, senão — até porque, no fundo, estamos a assumir que nos atrasámos — o relatório ficaria coxo, assim faremos.

De resto, sobre as primeiras questões, concordo em absoluto, até mais por respeito pelo Deputado Relator, que mostrou, desde logo, boa vontade para incluir todas as propostas que viessem dos vários grupos parlamentares.

As propostas são muitas e muitas delas, porventura, dizem a mesma coisa de forma diferente, o que obriga a uma análise para depois se concluir que era a mesma coisa, mas estava de uma forma diferente e assim, eliminaremos, logo um conjunto delas. Depois, há aquelas que nos separam, que são divergentes, e vamos ter de decidir o que fica, mas aí já temos um trabalho mais fácil.

Em seguida, temos de encontrar um dia em que seja possível fazer essa discussão e isso precisa de tempo, de uma agenda que não coincida com outras Comissões, como aconteceu ainda agora. Isso também é fácil de encontrar, olhando para as agendas que já estão afixadas de várias comissões. Podemos aproveitar este período de paragem do Parlamento para termos tempo, porventura, até de lateralmente trocar ideias. Tudo isso é possível. Para quê? Para que, quando fôssemos votar, numa reunião que será pública, cada grupo parlamentar possa passar lá para fora exatamente o que pensa, para que se veja em que aspeto é derrotado, em qual tem ganho de causa, com o que concorda, com o que discorda e depois podemos votar. Esse tempo é fundamental.

Em relação à nova data, teria de se fazer uma análise mais fina da agenda parlamentar dos grupos parlamentares, mas podemos fazer isso a seguir.

Gostaria que a questão sobre o ex-primeiro-ministro fosse tratada com alguma sensibilidade. O CDS não quer fazer disso nenhum combate político. Portanto, todo o tempo que o ex-primeiro-ministro possa demorar a responder... Até pode dizer que não tem resposta a dar, o que é uma resposta também. Mas já ouvi frases como as de desrespeito e esse é um caminho que gostava de não trilhar.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Jorge Costa, tem a palavra.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr. Presidente, queria só sublinhar um aspeto sobre esta questão do ex-primeiro-ministro José Sócrates, que é a seguinte: se o ex-primeiro-ministro José Sócrates não foi contactado até agora, foi por falha nossa, não dele. Repito, foi por falha nossa. Que ele tem advogados e que esses advogados são públicos, todos nós o sabemos, e por não termos optado ou por não nos termos lembrado dessa hipótese, isso só a nós deve penalizar.

Acho que devemos gerir este *dossier* seguindo esse raciocínio, o de que quem sai mal deste episódio é o Parlamento, não é o ex-primeiro-ministro José Sócrates. Acho que este assunto deve ser gerido não como uma oportunidade para uma operação política qualquer mas, sim, como aquilo que é: uma falha da Comissão de Inquérito, que, de facto, apesar de ter recursos para contactar aquela pessoa, não os utilizou, tendo falhado nisso, e deve agora procurar obter esses esclarecimentos.

O prazo de resposta de um ex-primeiro-ministro por escrito é de 10 dias. Se enviarmos os questionários durante o dia de hoje ao advogado do Eng.º José Sócrates e se a nossa reunião final for no dia 2 de maio, esses 10 dias já terão passado.

Queria dizer também que a minha expectativa sobre a relevância desse tema é muito pequena. Aliás, até considerando as propostas que todos os partidos fizeram para o relatório, verifica-se que nenhuma delas diz respeito a questões que, direta ou indiretamente, tivessem a ver com decisões do ex-primeiro-ministro José Sócrates.

Portanto, a falta que esse depoimento faça, não me parece que seja grande. Mas, evidentemente, tendo todos os primeiros-ministros envolvidos respondido, faz sentido que este também tenha a oportunidade de se defender e de apresentar os seus argumentos, para que eles possam ser incluídos depois no acervo da Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bruno Dias, tem a palavra.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, cumprimento todas as Sr.^{as} e todos os Srs. Deputados.

Há um testemunho que gostaríamos de deixar, de concordância com estas últimas intervenções que, julgo, demonstram que é perfeitamente exequível a incorporação das respostas do ex-primeiro-ministro José Sócrates e que, de facto, há algumas diligências que já podíamos ter feito. Nenhum de nós teve essa referência, que surgiu agora, o problema está agora identificado e penso que as soluções também estão identificadas, existindo margem, do ponto de vista do prazo, tendo em conta a situação que se evidenciou agora, mas creio que há uns dias, há uma semana ou duas, talvez não fosse tão evidente esta capacidade de responder ao problema.

Concordo com a ideia, que, aliás, foi aqui dita, de que devemos evitar transformar isto num número, num caso. Não é de todo a questão mais relevante que está em discussão na Comissão de Inquérito. Mas não deixo, naturalmente, de assinalar a exigência e a necessidade dessa resposta.

Se me permite, Sr. Presidente, gostava só de fazer uma observação em relação ao método e à organização dos trabalhos da Comissão de Inquérito.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, se calhar, fechávamos primeiro a questão da data.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Por mim, tudo bem. Quanto à data, concordamos com este prazo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira, tem a palavra.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, o PSD não fez nenhuma proposta relativamente a esta matéria; em segundo lugar, não imputou responsabilidades a ninguém pela não notificação do Sr. Eng.º José Sócrates.

Esta é uma deliberação da Comissão, não foi do PSD. Foi uma deliberação da Comissão no sentido de colhermos a opinião ou o depoimento por escrito do mesmo relativamente às questões que cada grupo parlamentar entendesse por bem colocar-lhe.

Continuámos e insistimos nisto: para nós, para o PSD, as respostas do Sr. Eng.º Sócrates, ou a ausência delas, se for essa a sua vontade, têm relevância. Não podemos deixar de dizer que qualquer depoimento nesta matéria tem relevância política e até, no limite, poderia ou não ter relevância criminal. Quero ficar apenas pela primeira, que é o bastante: relevância política.

O PSD não põe de parte a possibilidade de alterar aqui e acolá algumas das suas opiniões sobre a matéria que está vertida no relatório em função dessa resposta. Podemos admitir alterar o nosso sentido de voto, ou o nosso posicionamento, ou a nossa visão sobre determinados factos em função exatamente daquilo que nos possa vir a ser oferecido pelo Eng.º José Sócrates.

Sem embargo, realço que, de facto, parece que há um consenso de que esta resposta é possível, é importante e estamos ainda a tempo de formulá-la.

Portanto, Sr. Presidente, qualquer proposta no sentido de colher essas respostas por parte do Sr. Eng.º José Sócrates terá, naturalmente, o acolhimento do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Costa, tem a palavra.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente, ainda sobre a questão das respostas do ex-primeiro-ministro, o Eng.º José Sócrates, gostaria de sublinhar que uma maioria clara de partidos não quer fazer disto uma questão política.

Mas aproveito, já que estamos a falar de prazos, para questionar se os outros primeiros-ministros cumpriram o prazo de resposta. É que estamos a falar de uma pessoa que não foi notificada, havendo formas legais de o fazer, e, por isso, Sr. Presidente, questiono se os outros primeiros-ministros cumpriram os prazos, porque esta pessoa nem sequer prazo nenhum cumpriu.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, ninguém está a zurzir no Eng.º José Sócrates...

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — É importante percebermos se os outros primeiros-ministros cumpriram ou não o prazo.

O Sr. **Presidente**: — Vou responder-lhe.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Quero que isso fique em ata.

O Sr. **Presidente**: — O que fica em ata é que ninguém aqui, muito menos o Presidente da Comissão, está a responder às questões que foram levantadas quanto à auscultação dos ex-primeiros-ministros, pondo em causa ou zurzindo, chame-lhe o que quiser, uma pessoa que não foi notificada. Não é isso que está em causa.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — A intervenção inicial do PSD podia levantar essas questões.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não me interrompa, por favor, que eu é que dou a palavra nesta reunião.

Vamos lá ver uma coisa: os serviços e eu próprio facilitámos, se quer pôr as coisas assim. Os senhores disseram que arranjavam o contacto do Eng.º Sócrates e eu fiquei à espera, tal como os serviços. Ficou o Sr. Deputado Luís Testa, ficou o Sr. Deputado Hugo Costa... Se quiserem que isto fique em ata, também fica! E a verdade é que, na semana passada, há poucos dias, é que os senhores disseram «não conseguimos». A verdade é esta!

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sim!

O Sr. **Presidente**: — Esta é que é a verdade dos factos! Foi solicitado ao PS da mesma maneira que foi solicitado ao PSD, a solicitação da Comissão, arranjar os contactos que os próprios serviços da Assembleia não tinham. A questão é esta! E a verdade é que só há dois ou três dias é que o PS disse «não conseguimos contactar o homem» e criam este problema. É o que é, mais nada!

Agora, a questão é muito pragmática. O Eng.º José Sócrates não tem culpa nenhuma disto, Deputado Hugo Costa, vamos ser claros. E longe de qualquer Deputado nesta sala ou de qualquer pessoa que aqui esteja querer responsabilizá-lo por uma coisa que ele desconhece em absoluto. Vamos ser claros, não é isso que está aqui em questão.

O que está aqui em questão é decidirmos se vamos tomar outro tipo de diligências no sentido de cumprir a deliberação que a Comissão tinha. Agora também percebo que os depoimentos dos primeiros-ministros não eram muito importantes, mas estive meses à espera que os senhores enviassem as pergunta... O primeiro prazo foi em dezembro e elas vieram em meados de março!

Por isso, há essa insuficiência, há essa falha da Comissão, tudo certo. Vamos tentar, ainda de outra forma, com recurso judicial, contactar o Sr. ex-Primeiro-Ministro para que ele possa, finalmente, se assim o entender, responder a perguntas que ele desconhece em absoluto, não sabendo nada desta conversa que está aqui a acontecer?

Aliás, no lugar dele, eu até estranharia ao ter visto na comunicação social que os ex-primeiros-ministros iam ser contactados, e o facto de ele não o ter sido levava-o a questionar: «Eu estou de fora?» Seria legítimo ele pensar isso.

Eu percebo, se for essa a vontade de todos, mas julgo que também temos de ser razoáveis, porque os 10 dias são dias úteis e nós não temos 10 dias úteis até ao dia 2. Até ao dia 2 de maio não temos, nem consigo, enquanto Presidente desta Comissão, dar garantia de que, hoje mesmo, conseguiremos notificar o Sr. Engenheiro. Considero isso muito complicado. Julgo que estarmos a dizer que, hoje mesmo, vamos conseguir notificar o Sr. Engenheiro não é credível.

Mesmo se tentarmos hoje, durante a tarde, contactar a Procuradoria, tentarmos localizar os advogados, que só conhecemos pela televisão e deixarmos os officios fechados, os *e-mails* assinados, não antecipo que, antes de amanhã, se consiga formalizar seja o que for. Vamos ser muito realistas.

E terá de ser fazer um esforço grande para que amanhã possa seguir um *e-mail*, possa seguir um officio, porque é necessário que haja alguém do lado de lá para os receber. Não é um telefonema... Tem de se criar todo um mecanismo para que se possa notificar. O que significa que eu, tendo proposto o dia 2, se os Srs. Deputados quiserem mesmo esperar...

Julgo, também, que as respostas que vieram têm dados interessantes que, se calhar, neste processo, que não está encerrado, e em que, até à última votação, será possível haver propostas de alteração — já que vamos optar por essa metodologia —, de alguma forma, se for esse o entendimento dos

grupos parlamentares, as respostas que venham produzam algum conteúdo no relatório. Nem que seja uma citação ou uma referência no sentido de que que dizer que o ex-Primeiro-Ministro tal também referiu isto, ou de que não concorda com isto... Mas este já é um trabalho que, depois, os grupos parlamentares farão.

O que quero dizer é que julgo que não se trata de haver um novo prazo para propostas — não é nada disso —, mas que, neste processo de conciliar ou de tentar juntar o máximo das propostas que já cá estão, que estas respostas, que entretanto já chegaram — assim como a que chegará —, também sejam tidas em conta nesse processo. Julgo que só beneficiaria o relatório, em vez de apresentar apenas as cartas em anexo, se as cartas produzirem, de facto, algum conteúdo.

Por isso, se quiserem, podemos manter o dia 2, mas julgo que, até lá, vamos conseguir notificar o ex-primeiro-ministro e ele vai responder já depois do prazo do fecho da Comissão, mas ainda dentro do prazo que ele terá, que será de 10 dias mais 10 dias, ou seja, de 20 dias úteis — 20 dias úteis é um mês!

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Julgo que está fora de questão que a Comissão não possa apresentar os seus resultados por esse motivo. Quer dizer...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, estou a alertar para aquilo que é ...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sim, sim. Eu percebi e agradeço o esclarecimento feito e que é completo.

O Sr. **Presidente**: — Por isso, tenho uma proposta.

Estive a consultar a agenda parlamentar — estou a ler a súmula — e temos uma possibilidade, se quisermos dar este tempo de espera...

Vamos lá ver uma coisa: ou decidimos prescindir das respostas do Eng.º José Sócrates por qualquer razão, ou, se as mantemos, temos de viabilizar os prazos. Certo?

O Sr. **Hélder Amaral** (BE): — Qual é a proposta?

O Sr. **Presidente**: — No dia 15 de maio, quarta-feira, cessam as atividades parlamentares antes das eleições para o Parlamento Europeu. Temos toda a tarde para fechar este processo. O Plenário é de manhã e, depois, encerra até ao dia 26, data das eleições para o Parlamento Europeu. E, aí, temos folga mais do que suficiente para esperar, para...

Estou só a chamar a atenção. Vamos ver se as coisas correm todas bem. Entre hoje e amanhã conseguiremos o contacto, se não conseguirmos... Vamos lá ver, não é o contacto de quem vai lá! Nós fazemos o contacto com a Procuradoria... Srs. Deputados, matéria de prazos é importante.

Sr. Deputado Relator e Sr. Deputado Coordenador do CDS, reparem numa coisa: entre hoje e amanhã, contactaremos a Procuradoria e fazemos lá chegar as perguntas. Mas o prazo começa a contar a partir do momento em que o visado recebe as perguntas, não é quando mandarmos um ofício para a Procuradoria-Geral da República. É preciso acompanhar estas diligências informais para que isto chegue lá e ande! Certo? Ou seja, o pior que nos poderia acontecer seria no dia 2 estarmos aqui a votar tudo isto e no dia 3 chegar a resposta.

Desculpem lá, mas julgo que não ficaríamos bem... Digo eu. Mas será uma decisão do plenário da Comissão.

Tem a palavra Sr. Deputado Jorge Costa.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr. Presidente, a minha opinião é a seguinte: falhámos por culpa própria e, agora, o que devemos fazer é apresentar o resultado do nosso trabalho.

Julgo que é incompreensível e motivo de chacota geral que uma Comissão de Inquérito que tem a repercussão pública que esta tem tido, que tem o interesse geral que motiva, agora diga que está no «congelador» durante um mês porque se esqueceu de enviar perguntas a tempo a um ex-primeiro-ministro. Julgo que isso seria errado.

Portanto, da parte do Bloco de Esquerda, estamos disponíveis para retirar as perguntas que redigimos ao Eng.º José Sócrates, se isso nos permitir cumprir os prazos normais — e que toda a gente poderá compreender que sejam os desta Comissão —, até porque consideramos que os apuramentos que foram feitos, nomeadamente em relação ao período do Governo do Eng.º José Sócrates, são bastante profundos e completos e não parece que haja muito mais a apurar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (BE): — Sr. Presidente, se nós tivéssemos em cima da mesa a possibilidade de adiar... Por culpa nossa, mas por também pela racionalidade de como o trabalho deve ser feito — esta é uma Comissão de Inquérito com muitas horas de trabalho e muitas audições, e os relatórios das Comissões Parlamentares de Inquérito são a parte mais importante, são mesmo a mais substancial, porque é o que fica, é o que fica escrito, é o que fica até para enviar para o Ministério Público e que pode até ter consequências. No fundo, é o nosso trabalho.

Portanto, não termos uma parte das respostas, o que não sei se é relevante ou não, porque eu não conheço as respostas e, portanto, não as consigo avaliar, mas sei que o período de análise enquanto o Eng.º José

Sócrates foi primeiro-ministro é o período *mainstream*. Por isso, pode dar-se o caso de as respostas não trazerem nada de novo, mas pode dar-se o caso de as respostas trazerem muita coisa nova.

O CDS não quer que o tema não seja o conteúdo do relatório, mas, sim, José Sócrates — seria contaminar um bom trabalho com um «não respondeu», um «desrespeitou», quando nenhum deles é verdade, pois, no limite, a culpa até foi nossa — e, assumindo nós essa culpa e estando nós a discutir a abertura de um novo tempo, tendo, ainda por cima, a Páscoa pelo meio, pois poderíamos não ter a Páscoa, podíamos não ter o feriado do dia 25 de abril, o CDS não considera razoável encerrarem-se os trabalhos sem se fazer uma última tentativa de obtenção resposta do Eng.º José Sócrates, porque pode dar-se o caso de haver desrespeito, se lhe chegarem as perguntas e ele não lhes responder.

Portanto, uma vez que está em cima da mesa um adiamento, uma vez que não é de todo útil que as notícias sejam no sentido de dizer «Parlamento não consegue contactar José Sócrates», «José Sócrates não responde», que tudo o resto fique sem efeito por andarmos à volta da figura do ex-primeiro-ministro...

É certo que na cabeça de toda a gente, e lendo o relatório, muito do que ali está tem a ver com os mandatos do responsável máximo que é o Primeiro-Ministro. Não é o Ministro Pinho, não é o Ministro Nunes Correia, não é o Sr. Dr. Sebastião, que representa a AdC, ou o representante da ERSE ou da DGEG, ou o administrador da REN ou o da EDP, mas sim, José Pinto Sousa de seu nome.

Portanto, considero razoável adiarmos a conclusão dos nossos trabalhos, até porque dá tempo a toda gente de rever, de reconfirmar, dá para fazer um outro relatório com tempo...

Voz impercetível.

Não, outro não... Quando digo isso, refiro-me à interação das propostas já apresentadas, não a novas. O PSD tem de reformular as propostas para que o relator as possa incorporar. Pode dar-se o caso de as incorporar todas ou nenhuma... Quer dizer, há aqui trabalho para fazer. Nós não estamos parados.

Portanto, aproveitando o facto de estarmos a decidir sobre a suspensão do prazo, julgo que o Sr. Presidente tem toda a razão, não vamos ficar a meio: damos prazo, mas não é o regimental ou a desculpa para não haver resposta. E é o que eu digo, havendo Páscoa e 25 de abril, não vejo que se perca nada em aproveitar essa oportunidade para dar os prazos limites. Podemos chegar ao fim sem resposta, mas aí a questão já será outra.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Costa.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente, sobre os prazos, independentemente da resposta do Eng.º José Sócrates, a questão que se coloca é: se suspendermos hoje os trabalhos durante um mês, porque não conseguimos contactar determinada pessoa, todos nós vamos ficar mal. A verdade é que a proposta inicial ia no sentido de encerrarmos os nossos trabalhos no dia 2 de maio, mas, afinal, não é possível nessa data, porque não conseguimos contactar uma pessoa.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera que, até pela pressão mediática que existe sobre esta Comissão Parlamentar de Inquérito, estarmos a adiar um mês a votação de um relatório por todas estas questões, faz-nos ficar a todos mal no filme. Apenas tenho isso a dizer.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, o PSD corrobora inteiramente todas as considerações que foram feitas pelo Sr. Deputado Hélder Amaral. Efetivamente, não temos rigorosamente nada a perder. Nada! Podemos ter a ganhar! Queremos ou não queremos um bom relatório? Estamos agora preocupados com a circunstância de cada um de nós, ou estamos preocupados com o País?

O PSD está preocupado com o País, não está preocupado com a circunstância de cada um dos seus Deputados. E, por isso, sinceramente, havendo todas as possibilidades — podendo nós ganhar, ou podendo até, no final, não ganharmos nada —, uma coisa é certa: não perdemos por esperar, mas podemos ganhar.

Estamos preocupados, de facto, com a qualidade do trabalho que possa ser produzido nesta Comissão Parlamentar de Inquérito e, por isso, Sr. Presidente, subscrevemos a proposta do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, parece-nos, não vou dizer caricato, mas um pouco exagerado que os trabalhos da Comissão que, teoricamente, se previa terminarem hoje, de repente, com esta reviravolta, durem mais um mês. Parece-nos um tanto ou quanto inesperado, digamos assim, nomeadamente pela razão que é apresentada, tendo em conta a diferença que possa fazer, previsivelmente, em relação ao conteúdo do Relatório, mas, naturalmente, da parte do PCP não há nenhuma exigência de antecipação de prazos. Não será com o PCP em desacordo que a Comissão de Inquérito decidirá propor o adiamento da sua conclusão. Portanto, se os Srs. Deputados considerarem que é muito importante que, em vez de terminar hoje, termine daqui por um mês, então seja.

Se bem entendi, o Sr. Presidente estava a sugerir que os trabalhos da Comissão terminassem a 15 de maio. Pareceu-me ouvir essa referência...

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, tomando hoje a deliberação do pedido da suspensão dos trabalhos, que terá de ser aprovada amanhã em Plenário, ficamos com um dia. Ou seja, aquilo de que se trata é de escolhermos esse dia, porque é o último dia, em que já nem sequer podemos deliberar um pedido de suspensão e, por isso, ...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não foi isso que perguntei, Sr. Presidente, mas, sim, se é 15 de maio ou não...

O Sr. **Presidente**: — Confrontado com essa situação da falha de cumprimento de diversos prazos, da incapacidade de termos contactado um ex-primeiro-ministro, de termos ficado à espera desse contacto, como de outros, ao longo de dias e dias — aí, assumo as minhas responsabilidades, porque julguei que ia ser possível; da mesma maneira que foram possíveis os outros contactos, pensei que também iríamos ser ajudados nesse objetivo, mas não fomos —, neste momento temos as vias oficiais para contactar esse ex-primeiro-ministro.

Claro está que se as perguntas tivessem todas sido entregues em dezembro, ou em janeiro, ou em fevereiro, como pedido, este problema já teria sido sinalizado há mais tempo, mas só me foi sinalizado nos últimos dias. Por isso, estou aqui, se quiserem como Egas Moniz, com uma corda ao pescoço, a dizer «olhem, facilitem, porque fiquei a espera que me arranjassem o contacto» e a verdade é que os prazos são o que são.

Agora, confrontados com isso temos duas hipóteses: ou mantemos esta deliberação de recolher estas informações — que, se me perguntaram a mim, Deputado ou cidadão Emídio Guerreiro, não o Presidente desta Comissão,

considero que seria importante e, por isso, é que todos os grupos parlamentares fizeram uma catrefada de perguntas sobre estas questões... Aliás, muitos dos temas que andámos a discutir nesta Comissão de Inquérito têm a ver com esse período e se a Comissão achou que era importante questionar os ex-primeiros-ministros por alguma razão foi.

Portanto, se fizermos isso, julgo que temos de ser razoáveis. E a mim não me incomoda nada dar o corpo às balas e de levar ao Plenário a proposta do pedido de suspensão dos trabalhos até ao dia 15 de maio e no dia 15 de maio fechamos isto.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O Sr. Presidente não me tirou a palavra, pois não?

O Sr. **Presidente**: — E, quando toda a gente perguntar, digam «falem com o Presidente». E o Presidente responderá «houve uma falha minha. Não consegui contactar um ex-primeiro-ministro e, para o poder fazer, preciso de mais estes dias.» E assumo esse ónus.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O Sr. Presidente não me tirou a palavra, pois não?

O Sr. **Presidente**: — Ainda não terminei...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Eu é que ainda não tinha terminado.

O Sr. **Presidente**: — Não tinha?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Eu estava a deixá-lo terminar a sua resposta.

O Sr. **Presidente**: — Fez uma pergunta e eu estava a responder-lhe.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Pela sua resposta percebi que era o dia 15 de maio.

O Sr. **Presidente**: — Exatamente.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito obrigado.

Pela nossa parte, em relação ao andamento dos trabalhos da Comissão, continuamos a dizer: o essencial está feito; a Comissão tem toda a legitimidade para pedir ao Plenário que suspenda a contagem até ao dia 15 de maio, ou até ao dia 30 de maio, ou até ao dia 30 de junho, ou até mesmo ao dia 15 de julho, porque, salvo erro, no final de julho ainda haverá votações – aliás, o que interessa, de facto, é que haja a apreciação, pelo Plenário, do relatório, porque a votação é aqui e a apreciação é no Plenário.

Portanto, não teremos, como digo, qualquer objeção. Julgo que não devemos dramatizar. É importante manter a proporção das coisas, tal como elas devem ser. Não é só não dramatizar; é desdramatizar a situação. Há uma resposta que falta chegar e vamos, então, aguardar que ela chegue.

Não sou jurista, nem sou especialista nestas matérias, mas julgo que não seria retirada a caixa do correio para receber a resposta, a partir do momento em que o relatório fosse votado. Portanto, em bom rigor, a resposta que chegasse do ex-primeiro-ministro constaria sempre do acervo documental da Comissão de Inquérito, mesmo que o relatório já tivesse sido votado. Se tivermos a possibilidade de incluir as respostas no relatório, que assim seja.

Portanto, da nossa parte, não há, como digo, essa preocupação. A nossa preocupação é outra e diz respeito a um ponto a que já iremos, pois queremos separar as questões. Tratemos deste primeiro.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Já percebemos todos que temos uma situação que nos embaraça. Portanto, o que sugeria é que encontrássemos uma saída que nos embaraçasse o menos possível. Desse ponto de vista, concordo com a intervenção que fez o Sr. Deputado Bruno Dias agora mesmo.

A Comissão — Mesa e Coordenadores — identifica uma questão que é a de que ainda está a chegar numerosa correspondência à Comissão, nomeadamente pareceres de várias entidades, documentação que tinha sido pedida no âmbito dos trabalhos da Comissão e que é reputada de importante, nomeadamente da REN, ou da ERSE, de que estamos ainda à espera, ou de outros intervenientes e também esperamos as respostas de um ex-primeiro-ministro que temos tido dificuldade em contactar.

Sugeria que a data proposta fosse o dia 15 de maio, que marcássemos um dia, que não fique um dia no ar...

O Sr. **Presidente**: — Temos de propor ao Plenário um dia!

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Exatamente!

Portanto, sugiro que marquemos um dia com esse argumento, que fechemos esse assunto e que essa decisão, preferencialmente, seja tomada por unanimidade para evitar leituras políticas espúrias que não interessam a ninguém.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, concordo em absoluto. Por isso é que trouxe, com toda a transparência, esta dificuldade à Comissão, pedindo a sua ajuda, sendo o objetivo o de não ficarmos ainda mais manchados, lá fora, com estas dificuldades.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Costa.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente, não será, certamente, pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista que a data será uma ou outra.

Esta proposta do Sr. Deputado Bruno Dias e do Sr. Deputado Jorge Costa parece-nos muito equilibrada, no sentido em que não deixa ficar no ar que é por não termos conseguido contactar determinada pessoa que estamos a adiar o encerramento dos trabalhos da Comissão um mês. É a única coisa, para nós todos, na Comissão Parlamentar de Inquérito, porque há uma questão prática: a data de entrada de propostas foi no domingo à meia-noite, digamos assim. O PS, o PSD e o PCP, por exemplo, entregaram propostas já depois das 11 horas da noite...

O Sr. **Presidente**: — Das 23 horas.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Então, o que quero dizer é o seguinte: dessa forma, ficamos nós — Parlamento e Comissão — um mês com as propostas de alteração entradas e com o guião de votações feito à espera de uma votação... Podemos nós, Parlamento e Comissão de Inquérito, não ficar bem, por isso temos de encontrar uma solução.

Agora, a pergunta é se o prazo para novas propostas volta a abrir. É essa a questão que queria colocar.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Nada disso!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, só estamos nestas circunstâncias, porque não temos guião e não temos possibilidade de o ter até amanhã; se não, estaríamos aqui com uma maior dificuldade: teríamos tudo pronto e não teria sido possível contactar uma pessoa. Essa é que seria uma situação extremamente embaraçosa.

Agora, de facto, não temos tudo pronto. Como foi bem lembrado, continuamos a receber correspondência: ontem chegou a correspondência vinda de dois ex-primeiros-ministros. Não se trata de abrir um novo prazo para a apresentação de propostas dos grupos parlamentares.

Fechando a questão da data, gostaria de conversar, também, sobre a questão da metodologia a seguir até lá, mas primeiro temos de fechar a data.

Depois, veremos o que poderemos fazer, porque há muito trabalho a fazer para que aquilo que aconteça no dia 15 seja perceptível: em primeiro lugar, para os nossos próprios grupos parlamentares e para os Deputados que não conhecem o que se passa aqui e que nos perguntam «o que é que vocês andam a fazer e de que maneira»; e, em segundo lugar, para que este trabalho todo seja perceptível para as pessoas que nos veem lá fora.

Sinceramente, até julgo que no dia 26 de abril, uma das datas que tinha proposto, não teríamos guião nenhum. Mesmo para o dia 2, estaríamos a falar de muitas horas de trabalho para muita gente que, atenção, tem muita agenda parlamentar.

Por isso, juntando estes factos todos e olhando para o calendário, avancei a proposta para o último dia dos trabalhos parlamentares antes das eleições europeias — temos toda a tarde para poder fazer isso —, data que nos permite, se for essa a nossa vontade, definirmos um pouco a metodologia. Não se trata de abrir prazos à entrega de novas propostas; trata-se, sim, de trabalhar as propostas que já temos.

Aquilo que sempre senti, nos últimos tempos, é que há vontade política de todos os grupos parlamentares em construir uma solução melhor! Em não

ficar no finca-pé do «eu quero votar a minha posposta e mais nada...» Ganhei, ganhei! Perdi, perdi!» Não vi isso em nenhum grupo parlamentar, nenhum!

Aproveitando esse espírito positivo, teremos tempo, com os trabalhos suspensos, mas teremos de assumir compromissos, ou seja, os grupos parlamentares terão de assumir compromissos com o Deputado Relator, no sentido de ajudar a expurgar aquilo que for possível e a transformar aquilo que ficar de fora, que são as mesmas propostas que cá estão, redigidas ou destacadas, para que possam ser votadas. Isso dá tudo trabalho!

E também é preciso esse compromisso com os nossos serviços, para que eles também possam, em paralelo com este trabalho que tem de ser feito pelos grupos parlamentares, ir preparando o guião. Se não, chegamos ao dia 15 e estamos na mesma! Isso é uma coisa que não pode acontecer!

Por isso, se quiserem, podemos funcionar informalmente com a Mesa e Coordenadores e podemos ir reunindo e destacando as propostas. É preciso que os grupos parlamentares ponham as assessorias a trabalhar em conjunto — esta é uma proposta arrojada —, para que o Sr. Deputado Relator e os Srs. Coordenadores tenham o trabalho e o envolvimento das assessorias que possam trabalhar nesta rede, naquilo em que for possível construir consensos.

Onde não forem possíveis consensos, terá de ser adaptada a proposta. Concordo com o que Jorge Costa diz: não podemos depois pegar em parágrafos descontextualizados e votá-los como sendo a proposta um, dois ou três... É preciso reformular as propostas que já entraram para poderem ser votadas como proposta *a*, *b*, *c*, *d*, ou seja o que for. Tudo isso implica um trabalho de muitas horas e dias, e peço que não deixem para o dia 14 de maio, porque, se não, é uma desgraça.

Por isso é que julgo que é importante montarem-se estas equipas de trabalho com os serviços, porque se não, no dia 14 de maio os serviços dir-me-ão que não têm condições para fazer um guião e não teremos mais prazo.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente, podíamos conciliar as atuais propostas até 2 de maio...

O Sr. **Presidente**: — Sim. Até 2 de maio acabarmos este trabalho de conciliação das propostas com o Relator e os serviços.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Então, eu, até ao dia 2 de maio, tenho de entregar o relatório com as novas propostas incorporadas.

O Sr. **Presidente**: — Exatamente.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Depois, os partidos, em face desse relatório, vão ter de pegar naquilo que sobrou...

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — E dizer o que querem pôr a votação, ou não.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Nos outros partidos isso não se aplica, mas no caso do PSD isso vai implicar...

O Sr. **Presidente**: — Vai implicar transformar texto em proposta!
Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Há uma ideia que eu gostaria de acrescentar: que se evidencie que as passagens ou as ideias que não sejam

exatamente aquilo que está escrito nas propostas apresentadas, mas que o relator se proponha integrar, olhando para as mesmas, o foram, naturalmente, em função das próprias propostas. Isso parece La Palice, mas onde estou a querer chegar?

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Devem ser identificados os autores...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Há uma *check-list*, digamos assim, que é o próprio conjunto das propostas apresentadas, através da qual, depois, o proponente fica a saber que esta e aquela proposta entraram aqui e acolá, e consegue identificar, em concreto, as alterações, em função das propostas que lhe deram origem...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Estou a identificar o partido proponente em todas.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Mais do que identificar o partido, é a própria proposta.

Quero só acrescentar o seguinte para clarificação. A nossa perspetiva, que queremos partilhar convosco, é a de que o partido proponente de uma alteração — seja o CDS, seja o PS, seja qual for —, no caso de entender que o relator, ao incorporar a proposta da forma que entendeu mais adequada, não o fez da melhor forma, ou que a sua proposta não ficou integrada, de uma forma evidente, tal como foi apresentada, esse partido tem sempre o direito de levar a sua proposta a votação.

Portanto, parece-nos que há um levantamento de propostas que corresponde àquelas que existem e que é importante que haja esse princípio da estabilidade das alterações e que não haja novas vagas de propostas a apresentar, em determinada altura, mas que os partidos devem ter

conhecimento do que foi integrado das suas propostas e como, para definirem o que levam a votação e saber como votam as propostas dos outros partidos.

Sr. Presidente, termino só com esta anotação: também é importante que os partidos saibam das propostas uns dos outros e o que cada um vai levar à votação, porque pode parecer-me evidente, à partida, que determinada proposta, por exemplo, do CDS, já não vai ser votada e, afinal, vai ser e tenho de saber como a vou votar; não é na altura que decido.

O Sr. **Presidente**: — Este alerta do Sr. Deputado Bruno Dias é importante. Por isso é que se estabelecermos o dia 2 como data para apresentação do relatório com as propostas integradas, temos precisamente entre o dia 2 e o dia 15 para fecharmos o guião, com essas *nuances* todas e partilhá-lo.

Nessa altura, os partidos poderão dizer «não, queremos levar a proposta a votação, porque não gostamos da forma como o Deputado Relator a incorporou no relatório.» Tudo é livre...!

Daí a data proposta de 2 de maio, para fecharmos esse trabalho que teria de ser feito até hoje, se mantivéssemos o prazo, o que seria uma loucura, permitindo-nos, depois, entre 2 de maio e 15 de maio, fecharmos o guião e deixar os grupos parlamentares decidirem o que é que levam a votação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Costa.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente, só para sistematizar as ideias: até dia 2 de maio, o Sr. Deputado Relator Jorge Costa integrará no relatório as propostas que entender e, depois, os partidos dirão quais são as propostas que, mesmo mediante aquele relatório, querem levar a votação. É isso?

O Sr. **Presidente**: — Até dia 2 de maio, os grupos parlamentares ajudam o Sr. Deputado Relator na construção daquela que é a incorporação que ele fará ou não das diferentes propostas.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — E de dia 2 a dia 15 os partidos...

O Sr. **Presidente**: — Não, é antes! Dia 15 é a votação.

Depois do dia 2, temos aquilo a que eu chamaria a versão definitiva do Sr. Deputado Relator Jorge Costa, o que permitirá que os grupos parlamentares, olhando para aquilo das suas propostas que ficou de fora, as mantenham ou, se for caso disso, as transformem, já que algumas terão de sê-lo, porque não estão em forma de proposta concreta para serem votadas.

Então, do dia 2 de maio — e podemos avançar uma outra data porque se trata de uma quinta-feira —, por exemplo, até ao dia 8, que é quarta-feira seguinte, este processo ficaria concluído para que até ao dia 14 de maio os serviços pudessem elaborar o guião de votações.

Se este trabalho até ao dia 2 de maio for feito como supostamente deve ser feito, que é com o envolvimento das pessoas todas, porque só assim é que isto poderá funcionar, é fácil que até ao dia 6, segunda-feira, todos partidos façam as propostas.

Se fizerem o acompanhamento com o Deputado Relator as coisas poderão fazer-se.

O Sr. **João Paulo Oliveira** (PSD): — Gostaria que os serviços pudessem enviar um cronograma do que acabámos de deliberar para que não haja dúvidas.

O Sr. **Presidente**: — Então, o cronograma será este: até 2 de maio os grupos parlamentares e o Sr. Deputado Jorge Costa trabalham (limpam ou

incluem ou não) as propostas no relatório; até ao dia 6 de maio os grupos parlamentares remetem, de novo, as propostas, agora já adaptadas ao novo relatório, porque poderá haver uma diferente redação, e até 10 de maio os serviços mandam-nos o guião de votações.

O que quero dizer com propostas adaptadas é porque algumas delas, nomeadamente as do PSD, que como já vimos aqui todos as leram, não estão em formato de, por exemplo, «alínea *b*) substitui a alínea *b*) do texto e, pelo que já percebi pelo andamento do trabalho, o Sr. Deputado Relator garante que vai pegar numas partes que incluiu e noutras que não inclui e, ao retirarmos uma parte de um texto, esse texto ficará com um buraco e terá de ser reformatado, ou seja, com o mesmo conteúdo mas sob forma de proposta para poder ser votada, se não não pode ser.

Sendo também certo, Srs. Deputados, sobretudo os Deputados Coordenadores, que, em função daquelas que foram as respostas dos Srs. Primeiros-ministros que já chegaram, acho que deve merecer uma consideração por parte de todos se vale a pena ou não, ainda nesta fase, incluí-las no texto que já existe.

Esta é uma prerrogativa do Deputado Relator, mas, também neste processo até ao dia 2 de maio, os grupos parlamentares podem, por exemplo, dizer, «há ali uma coisa que Durão Barroso evidenciou que não está no relatório e que devia estar... ou que o Eng.º Sócrates...» Mas isto só em relação aos ex-primeiros-ministros, a não ser que um dos relatórios que ainda esteja em falta, de repente, seja uma bomba completamente ao arrepio daquilo que temos vindo a discutir e aí teríamos de...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — E tudo isso em relação a coisas que já pedimos.

O Sr. **Presidente**: — Sim, não vamos pedir mais nada! E não vamos pedir mais nada.

Srs. Deputados, vamos, então, votar a proposta de suspensão dos trabalhos até ao dia 15 de maio, data na qual procederemos à votação do nosso relatório.

Submetida a votação, foi aprovada por unanimidade.

Vamos, então, fazer o texto da nossa resolução para que ela possa ser votada no Plenário de amanhã.

Como não temos mais nada a tratar, ponho a questão de saber se podemos dispensar a reunião que estava prevista para ter lugar logo à tarde.

Pausa.

Creio que estão todos de acordo em dispensar essa reunião e, assim sendo, dou por encerrada a reunião.

Eram 13 horas e 50 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.